

ÍNDICE

1. CLASSIFICAÇÃO E AUTONOMIA.....	19
2. FONTES DO DIREITO ELEITORAL.....	21
3. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL.....	29
4. PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL.....	33
1. Princípio democrático	34
2. Princípio da soberania popular	34
3. Princípio da representatividade.....	34
4. Princípio republicano	35
5. Princípio da celeridade.....	35
6. Princípio da preclusão	36
7. Princípio da isonomia	36
8. Princípio da verdade eleitoral.....	36
9. Princípio da normalidade e legitimidade das eleições	37
10. Princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral	37
10.1 Objetivo da norma	38
10.2 A concepção de “lei” (que altera o processo eleitoral)	38
10.3 Processo eleitoral: uma conceituação.....	39
10.3.1 A visão da doutrina.....	39
10.3.2. O STF, o TSE e a conceituação de processo eleitoral	40
10.4 Breves notas acerca da correta concepção do processo eleitoral.....	43
5. A JUSTIÇA ELEITORAL	45
1. Tribunal Superior Eleitoral	46
2. Tribunal Regional Eleitoral	47
3. Juízes Eleitorais	49
4. Junta Eleitoral.....	51
5. Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, normativa, julgadora e consultiva	52
6. O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	57
1. Introdução	57
2. Procurador-Geral Eleitoral	58
3. Procurador Regional Eleitoral.....	59
4. Promotor Eleitoral	59

7. SISTEMAS ELEITORAIS	65
1. Sistema Majoritário.....	65
1.1 Sistema majoritário de maioria simples ou relativa.....	66
1.2 Sistema majoritário de maioria absoluta.....	66
2. Sistema Proporcional	67
8. NULIDADES	73
1. Introdução.....	73
2. Da nulidade dos votos: art. 175, §§3º e 4º CE	75
3. Do art. 16-A da LE	77
4. Da nulidade da eleição: art. 224 CE	79
9. DIREITO PARTIDÁRIO	89
1. Introdução	89
2. Natureza jurídica e mandado de segurança contra ato de dirigente partidário.....	90
3. Criação e registro, participação na eleição e recursos do Fundo Partidário.....	91
3.1 Criação e registro.....	91
3.2 Participação na eleição	93
3.3 Recursos do Fundo Partidário	95
4. Liberdade de criação, autonomia e os preceitos constitucionais	102
4.1 Liberdade de criação	102
4.2 Autonomia	103
4.3 Preceitos constitucionais.....	105
5. Responsabilidade partidária, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos	128
6. Coligação	130
7. Cláusula de barreira.....	133
8. Fidelidade partidária	135
9. Competência.....	143
10. DOS DIREITOS POLÍTICOS	145
1. Introdução	145
2. Sufrágio e voto.....	149
3. Da capacidade eleitoral.....	151
11 CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA	153
1. Introdução.....	153
2. Alistamento eleitoral	156
3. Transferência	159
4. Segunda via.....	160
5. Cancelamento.....	161
6. Revisão do eleitorado	164

12. CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA	167
13 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	169
1.Introdução.....	169
2.Nacionalidade brasileira (art. 14, §3º, I, da CF)	170
3. Pleno exercício dos direitos políticos (art. 14, §3º, II, da CF)	173
3.1 Cancelamento da naturalização	174
3.2 Incapacidade civil absoluta	175
3.3 Condenação criminal transitada em julgado	177
3.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	184
3.5 Improbidade administrativa.....	185
4. Alistamento eleitoral (art. 14, §3º, III, da CF)	187
5. Domicílio eleitoral (art. 14, §3º, IV, da CF).....	187
6. Filiação partidária (art. 14, §3º, V, da CF).....	188
7. Idade mínima (art. 14, §3º, VI, da CF)	201
14. CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE	205
15 INELEGIBILIDADE	207
1. Introdução	207
2. Breve nota acerca da elegibilidade.....	207
3. Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade	208
4. Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade	209
5. O registro de candidatura: breve análise das divergências da Teoria Clássica e da Teoria do Fato Jurídico	210
6. Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro.....	215
7. Aspectos materiais da inelegibilidade	217
7.1 Na Constituição Federal	219
7.2 Na Lei Complementar nº 64/90	232
7.2.1 Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/10	234
Eficácia das decisões de inelegibilidade	234
Afastamento da inelegibilidade e aplicação das regras do registro.....	235
Prioridade dos feitos eleitorais	235
Da suspensão da inelegibilidade.....	237
7.3 Causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/90.....	242
8.Desincompatibilização.....	322

16. INABILITAÇÃO	325
17. PROCESSO ELEITORAL	329
18. CONVENÇÃO PARTIDÁRIA	331
1. Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções	331
2. Prazo de realização e deliberação	334
3. Registro em livro e ata	335
4. Candidatura nata	336
5. Utilização de prédios públicos	336
19. REGISTRO DE CANDIDATURA	339
1. Generalidades: natureza jurídica, rito e pré-candidato vs candidato	339
2. Número de vagas e reserva por gênero	345
3. Vagas remanescentes	349
4. Prazo	350
5. Documentos	350
6. Diligências	360
7. Substituição	360
8. Homonímia	365
20. PROPAGANDA POLÍTICA	369
1. Introdução	369
2. Propaganda partidária	370
3. Propaganda intrapartidária	372
4. Propaganda eleitoral	373
4.1 Introdução: noções gerais	373
4.2 Prazo inicial da propaganda eleitoral	377
4.3 Propaganda extemporânea ou antecipada	378
4.4 Promoção pessoal e propaganda eleitoral	380
4.5 Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE	380
Art. 36-A, inciso I, da LE	390
Art. 36-A, inciso II, da LE	391
Art. 36-A, inciso III, da LE	392
Art. 36-A, inciso IV, da LE	393
Art. 36-A, inciso V, da LE	395
Art. 36-A, inciso VI, da LE	397
Art. 36-A, inciso VII, da LE	398

4.6 Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular.....	398
4.7 Poder de polícia.....	404
4.8 Modalidades de propaganda eleitoral	408
I. Propaganda em outdoors	408
II. Propaganda em bens particulares	409
III. Propaganda em bens públicos	413
IV. Propaganda nas dependências do Poder Legislativo	421
V. Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado	421
VI. Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som e comícios	422
VII. Showmícios	424
VIII. Propaganda mediante panfletagem.....	426
IX. Propaganda eleitoral na imprensa escrita	428
X. Propaganda eleitoral no rádio e televisão	434
XI. Debates.....	439
XII. Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão	442
Obrigatoriedade das emissoras (alcance da imposição e exceção).....	443
Forma de exibição: bloco e inserções	444
Termo inicial e final do horário eleitoral gratuito	446
Distribuição do tempo: critérios, substituição de candidatos e tempo remanescente.....	447
Municípios sem emissora de televisão.....	451
Da entrega e da conservação das mídias e da falta ou excesso de tempo na gravação veiculada.....	452
Utilização do tempo exclusivamente para cada sistema eleitoral, participação de filiados a outros partidos e uso da imagem do candidato ou militante.....	453
Vedações no horário eleitoral gratuito (art. 55 LE)	458
Suspensão da programação da emissora (art. 56 LE)	460
Corte, censura e degradação ou ridicularização de candidatos (art. 53 LE)	461
Ordem de veiculação da propaganda gratuita	463
Obrigatoriedade da LIBRAS e recursos de legenda, vedação à promoção de marca ou produto, emissora sem autorização para funcionamento e compensação fiscal	464
Televisão por assinatura.....	465
XIII. Propaganda eleitoral na internet.....	466
XIV. Propaganda eleitoral no dia da eleição.....	484

21. DIREITO DE RESPOSTA	487
22. PESQUISA ELEITORAL.....	495
23. FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	501
1. Introdução	501
2 Da arrecadação.....	501
I. Despesas de campanha. Responsabilidade	501
II. Administração financeira da campanha. Informações financeiras e contábeis. Responsabilidade	502
III. Limites dos gastos de campanha. Contabilização. Valores máximos de gastos. Sanções.....	503
IV. Comitês financeiros	509
V. Conta bancária específica	509
VI. Arrecadação de recursos financeiros de campanha.....	513
Requisitos para arrecadação.....	513
Origem dos recursos eleitorais	513
Uso de recursos próprios	513
Doações de pessoas físicas.....	515
Doações de outros partidos políticos e de outros candidatos.....	516
Comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político	518
Recursos próprios dos partidos políticos Receitas decorrentes de aplicação financeira dos recursos de campanha	525
VII. Doações de recursos financeiros: formas legais.....	526
VIII. Recibo eleitoral	530
IX. Doações: limites legais e representação por descumprimento	532
X. Arrecadação de recursos de campanha. Prazo final	535
XI. Fontes vedadas: art. 24 da LE.....	538
XII. Recursos de origem não identificada	540
XIII. Gastos eleitorais: art. 26 da LE	540
XIV. Contratação de pessoal para prestação de serviços de campanha eleitoral: art. 100-A da LE.....	545
XV. Gastos de apoio de eleitor: art. 27 da LE.....	549
XVI. Descumprimento das normas de arrecadação e aplicação de recursos. Sanção ao partido	551
3. Prestação de contas	552
I. Introdução e princípios do processo de prestação de contas.....	552

II. Dos obrigados a prestar contas.....	553
III. A prestação de contas parcial na internet.....	555
IV. Dispensa de comprovação na prestação de contas	557
V. Da assunção de débitos pelos partidos políticos	559
VI. A prestação de contas simplificada	561
VII. O prazo de encaminhamento da prestação de contas ...	563
VIII. O processo de prestação de contas	563
IX. O julgamento da prestação de contas.....	566
X. Da sobra de recursos financeiros	571
24. ELEIÇÃO	575
1.Introdução.....	575
2. Garantias eleitorais.....	576
3. Lei seca	576
4. Requisição da força federal	576
5. Atos preparatórios das eleições	577
Local de votação	577
Seções eleitorais	577
Mesa receptora.....	578
Votação.....	580
Apuração.....	584
Proclamação dos resultados	584
25. DIPLOMAÇÃO.....	587
1. Diplomação.....	587
2. Posse.....	589
26. CONTENCIOSO JUDICIAL ELEITORAL.....	591
1. Introdução	591
1.1 O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais.....	603
1.2 A aplicação subsidiária do novo CPC em matéria eleitoral.....	605
2. Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura - AIRC.....	610
2.1 Introdução	610
2.2 Objetivo.....	610
2.3 Competência	610
2.4 Prazo para o ajuizamento	611
2.5 Preclusão.....	612
2.6 Legitimidade, litisconsórcio e assistência.....	612
2.7 Capacidade Postulatória.....	618
2.8 Questões procedimentais.....	619
- Petição Inicial.....	619

- Contestação	620
- Julgamento antecipado da lide ou instrução.....	621
- Alegações.....	623
- Sentença.....	623
Causas de (in)elegibilidade e momento de aferição .	623
Livre convencimento (art. 7º, parágrafo único, da LC 64/90).....	625
Sentença.....	626
- Recurso	627
3. Recurso Contra a Expedição do Diploma - RCED.....	630
3.1 Fundamento legal	630
3.2 Objetivo	630
3.3 Prazo.....	631
3.4 Hipóteses de cabimento	631
3.4.1 O RCED na concepção originária do Código Eleitoral	631
3.4.2 O RCED e a Lei nº 12.891/13	632
3.5 A Prova Pré-Constituída.....	636
3.6 Competência e Procedimento.....	637
3.7 Legitimidade	638
3.8 Efeitos	640
4. Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE.....	641
4.1 Considerações iniciais e fundamento legal	641
4.2 Hipóteses de cabimento	642
4.3 Procedimento e competência	646
4.4 Bem jurídico.....	649
4.5 Prazo de ajuizamento.....	652
4.6 Legitimidade	653
4.7 Sanções.....	655
4.8 Recurso e efeitos	659
5. Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo – AIME.....	662
5.1 Fundamento legal, auto-aplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé.....	662
5.2 Objetivo	664
5.3 Hipóteses de cabimento	664
5.4 Preclusão	668
5.5 Bem Jurídico.....	669
5.6 Legitimidade	670
5.7 Competência.....	673
5.8 Procedimento	673
5.9 Sanções.....	676
5.10 Recursos e efeitos.....	678

6. Captação Ilícita de Sufrágio (art. 41-A da LE).....	679
6.1 Fundamento legal.....	679
6.2 Conceito: elementos de configuração	680
6.3 Legitimados ativos.....	685
6.4 Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta).....	685
6.5 Lapso de incidência da norma (e da ação).....	687
6.6 Procedimento e bem jurídico tutelado.....	688
6.7 Competência	689
6.8 Sanções	690
6.9 Recurso: prazo e efeitos.....	691
7. Condutas Vedadas	692
7.1 Introdução	692
7.2 Bem jurídico.....	693
7.3 Legitimados.....	694
7.4 Competência	695
7.5 Sanções	696
7.6 Procedimento	698
7.7 Recurso: prazo e eficácia.....	698
7.8 Lapso de ajuizamento da representação	700
7.9 Lapso temporal de incidência das hipóteses legais	700
7.10 As Hipóteses Materiais do Art. 73 da Lei nº 9.504/97	702
7.11 A Hipótese Material do Art. 74 da Lei nº 9.504/97	742
7.12 A Hipótese Material do Art. 75 da Lei nº 9.504/97	743
7.13 A Hipótese Material do Art. 77 da Lei nº 9.504/97	744
8. Captação e Gastos Ilícitos Eleitorais	747
8.1 A representação pelo art. 30-A da LE	747
8.2 Hipóteses de cabimento.....	748
8.3 Para fins eleitorais	754
8.4 A representação pelo art. 30-A da LE e a prestação de contas.....	755
8.5 Bem jurídico e a responsabilização do candidato infrator.....	758
8.6 Procedimento e competência	759
8.7 Prazo de ajuizamento	760
8.8 Legitimados.....	763
8.9 Sanções	764
8.10 Recurso: prazo e efeitos.....	765
9. Ação Rescisória Eleitoral.....	766
9.1 Introdução	766
9.2 Hipóteses de cabimento.....	767
9.3 Constitucionalidade.....	768
9.4 Competência, prazo, procedimento e legitimidade	769

27. RECURSOS	771
1. Introdução.....	771
2. Dos efeitos dos recursos eleitorais.....	771
3. Do prazo dos recursos eleitorais.....	772
4. Da prevenção.....	774
5. Do prejulgado.....	775
6. Da irrecorribilidade das decisões interlocutórias e das decisões administrativas.....	775
7. Dos recursos eleitorais perante as Juntas e Juízos Eleitorais.....	776
8. Dos embargos de declaração.....	778
9. Dos recursos contra decisões do Tribunal Regional Eleitoral.....	780
10. Dos recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	785
<i>Bibliografia</i>	789